Seminário decorreu na Universidade Lusófona:

Buscar as origens da estratégia portuguesa

A Universidade Lusófona acolheu, no dia 12 de abril, o seminário A Descriminalização do Consumo de Drogas: Políticas de Saúde e de Inclusão. O evento contou, entre outras, com as participações de João Goulão que, em representação do SICAD, foi o autor da primeira comunicação do dia, falando sobre a origem da estratégia portuguesa, de Carlos Poiares, Vice-Reitor da Universidade Lusófona e um dos principais promotores desta iniciativa, de José Faria Costa, Professor Catedrático da Universidade de Coimbra e da Lusófona, de Vasco Gomes, Presidente da CDT de Lisboa, de Américo Gegaloto, Presidente da CDT de Setúbal e de Manuel Cardoso, Subdiretor-Geral do SICAD.
Dependências marcou presença neste périplo pela estratégia portuguesa e entrevistou João Goulão, figura presente desde a concepção à implementação da mesma…

Este seminário versa sobre a descriminalização numa perspetiva de criação de novas respostas de saúde e sociais… E recordo que o Dr. João Goulão sempre defendeu que a descriminalização é apenas mais uma ferramenta do modelo português, que permitiu a aproximação dos utentes aos serviços, mas o que fez realmente a diferença foi a criação dessas novas respostas…

João Goulão (JG) – É exatamente isso! Penso que a grande virtude, para além do modelo concreto que foi desenhado, com a sua originalidade e com a sua operacionalidade enquanto mais uma porta de entrada para o sistema, foi o facto de a descriminalização ter introduzido coerência em todo o sistema. Porque se a abordagem se fundamenta na ideia de que estamos a lidar com uma questão de saúde e da área social, não faria qualquer sentido continuarmos a criminalizar. Se pretendíamos dar a esta doença, que é a adição, a mesma dignidade que conferimos a outras doenças, não faria sentido persegui-la do ponto de vista criminal. Depois, a forma prática como foi instalada foi-se constituindo cada vez mais como uma ferramenta da prevenção indicada porque nos permite tocar utilizadores de drogas que, por um lado, não se motivam para espontaneamente procurar o contacto com profissionais de saúde, havendo aqui um pequeno "empurrão" que é exercido pelas forças policiais, o que permite fazer as pessoas pararem, pensarem e refletirem acerca da real importância que os consumos têm nas suas vidas e, eventualmente, entenderem que esses consumos não são tão inócuos ou inocentes como julgariam…

Aí, também a criação das CDT teve um papel preponderante…

JG – Sem dúvida. O papel exercido pelas CDT e pelos seus técnicos, para além da aplicação estrita da lei, de continuar a passar à sociedade uma ideia clara de desvalor dos consumos por via da proibição, que nos permitiu também mantermo-nos em linha com as convenções da ONU, das quais somos signatários mas, por outro lado, permitiu que fossem identificadas mais e mais situações, que as pessoas parassem para pensar sobre a tal importância dos seus consumos e, eventualmente, assumissem que precisam de ajuda em algumas vertentes das suas vidas. Penso que é uma componente fundamental e muito original, este modelo. Como sabe, houve países que nunca criminalizaram nem tiveram a necessidade de descriminalizar mas algumas especificidades da nossa lei, como seja a existência de um limite objetivo que faz a fronteira é importante para evitar arbitrariedades que poderiam facilmente ser exercidas no contexto da atuação das forças policiais chamadas a atuar como juízes quando não têm que o ser.

Também tem referido várias vezes a importância da atuação das forças policiais, essencialmente numa perspetiva de dissuasão… Recordo que a lei mudou há vários anos mas também sabemos que, em diversos domínios, não basta mudar leis para que também mentalidades sejam alteradas. Nesse sentido, também constatámos um trabalho significativo realizado pelos profissionais em CAD no sentido de chamar os profissionais da PSP e GNR para esta nova postura e formá-los… Não estamos assim tão distantes daquelas intervenções musculadas, para

não afirmar mesmo violentas, em locais de tráfico e consumo…

JG – Sim, claro… E ainda recentemente ouvi queixas de consumidores relacionadas com isso, portanto, a lei, por si só, não ultrapassa todas as dificuldades. Mas o facto é que um enorme caminho foi percorrido e a atitude das forças policiais, hoje em dia, é muito mais pedagógica, assumindo esse tal papel dissuasivo que também nos parece importante. Nós falamos sempre muito na área da redução da procura mas a redução da oferta é igualmente uma componente fundamental da nossa estratégia. E é igualmente importante constatar que, enquanto efeito colateral da descriminalização, obtivemos um aumento da eficácia das forças policiais em termos de quantidades apreendidas. Em vez de se ocuparem com o pequeno consumidor, ficaram libertos das tarefas relacionadas com a instrução de todos aqueles processos e puderam dirigir a sua atenção para outros níveis das redes de tráfico.

Ao longo dos últimos anos, começou a falar-se muito mais do modelo português para além das fronteiras nacionais… O que sente ao ver o tema introduzido novamente "cá dentro", particularmente numa instituição do ensino superior?

JG – Como diz, o chamado modelo português tem merecido muito mais atenção no exterior do que cá dentro. E é importante que neste contexto, de estudantes universitários, seja contada a história, seja funcionado o funcionamento deste dispositivo e seja discutido. Porque há muito desconhecimento no nosso próprio país. Participei recentemente numa conferência interessantíssima, em Boston, organizada pela Universidade de Harvard pelo MIT, a propósito das políticas do Brasil e fui convidado para integrar um painel sobre políticas de droga… É impressionante o prestígio que a nossa política tem no Brasil, nesta área. Posso mesmo afirmar que era fácil perceber a inveja de quem olhava, naquela conferência, para a oportunidade política que tivemos para fazer aprovar esta lei. Sente-se muito presente na realidade social brasileira a problemática das drogas como mais um elemento de luta de classes do que na nossa realidade, em que a descriminalização contribuiu muito para a diminuição do estigma, embora assuma que as coisas não são perfeitas e que existem atitudes individuais que podem ser sentidas como mais retrógradas. Mas, no geral e na atitude global do Estado e das diversas forças políticas, este modelo de descriminalização está interiorizado e assumido pela sociedade portuguesa.

No final do mês passado, assistimos à aprovação de três propostas na Assembleia da República do BE, PCP e PAN, que visavam essencialmente o reforço das políticas e respostas públicas e das ONG mas também a criação de uma entidade autónoma para a gestão desta área, como sucedia aquando da existência do IDT… Como viu essa discussão e o facto de os partidos sentirem a necessidade de apresentarem estas propostas ao Governo e, por outro lado, como analisa a contínua delonga do Governo quanto a uma tomada de decisão?

JG – É conhecida a minha posição a propósito disso. Porque tive a experiência de coordenar o dispositivo no contexto de um instituto que tinha a capacidade de articular o pensamento sobre as políticas e depois executá-las na prática e é também conhecida a minha posição crítica relativamente ao modelo atual. Portanto, foi com muita satisfação que vi a apresentação dessas propostas pelos diversos partidos, com pequenas nuances mas no essencial coincidindo na recomendação ao Governo que repense a criação de uma estrutura com essas capacidades de pensar e de executar. Quanto às decisões a serem tomadas, confesso que não sei quais serão os próximos passos mas penso que o Governo e nomeadamente o ministério da saúde dispõe de todas as premissas necessárias à tomada de decisão.

Preocupa-o esta demora?

JG – Sim, preocupa-me. Acho que já teria havido condições para isso, mesmo sem estas iniciativas parlamentares. As próprias posições veiculadas pelos profissionais da área, que são as pessoas que mais diretamente tomam o pulso ao que se passa na sociedade nesta matéria, já foram levadas ao conhecimento do Governo há muito tempo, portanto, espero que surja agora uma definição e uma clarificação porque a manutenção desta indefinição continua a causar danos no dispositivo instalado.